

FMI recomenda a livre negociação dos salários

Da sucursal de
BRASÍLIA

Mesmo depois da decisão das autoridades monetárias de expurgar alguns aumentos de preços do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — que tornará menores os reajustes de salários e outros indicadores econômicos — o Fundo Monetário Internacional (FMI) continua recomendando ao governo a imediata adoção do sistema da livre negociação salarial. Os técnicos daquele organismo que estão em Brasília acreditam que somente uma alteração na legislação salarial vigente é capaz de eliminar um dos principais focos do déficit público nacional: a estrutura salarial das empresas estatais.

A grande preocupação do fundo, no caso da economia brasileira, é, hoje, o déficit público, constituído, na opinião de seus especialistas, pelas operações das autoridades monetárias (subsídios sem o respectivo respaldo de recursos fiscais) e pelas estatais, onde a folha de pagamento dos funcionários tem papel preponderante. Um dos realimentadores desse déficit já começou a ser neutralizado com a redução dos subsídios ao petróleo, trigo, açúcar e ao crédito, mas o outro, apesar dos cortes das vantagens e benefícios salariais das empresas estatais, ainda permanece latente.

De acordo com as posições manifestadas pelos técnicos da missão a algumas autoridades do governo brasileiro, o expurgo do INPC e as mudanças introduzidas na lei salarial pelo Decreto-lei 2.024 não são suficientes para neutralizar o caráter inflacionário do sistema salarial vigente, que concede reajustes semestrais.

LIVRE NEGOCIAÇÃO

Por esses aspectos e diante da inflexibilidade do governo em poder promover modificações mais profundas na legislação por meio de decretos, o FMI acha que o caminho está

na livre negociação. A adoção desse sistema de reajustes promoveria o necessário achatamento salarial, único fator capaz de reverter o processo inflacionário brasileiro, na ótica do FMI, segundo fontes oficiais. Depois desse achatamento, seria possível estabelecer nova estrutura de salários no quadro das empresas públicas, pelo raciocínio desenvolvido pelos técnicos do Fundo às autoridades brasileiras.

Para o FMI, o Brasil tem-se apresentado como um caso difícil em face de suas inúmeras peculiaridades e características que diferem dos demais países em desenvolvimento. Nas conversas que mantiveram ao longo da semana, a missão do Fundo explicou como vê a economia brasileira e apontou os pontos que dificultam a solução do problema:

1) Nunca viram uma economia tão indexada quanto a brasileira; 2) o regime federativo impede a adoção de uma política mais rígida, pois é necessário observar as peculiaridades regionais; 3) apontaram o fato de o Brasil ser o único caso com quem o FMI tem acordo, onde em vez de a inflação descer, subirá.

Em alguns dos encontros que a missão teve com os técnicos brasileiros a conversa girou em torno das causas do déficit público e o fato de somente nos dois últimos anos o governo ter tomado consciência da gravidade do problema. Eles concordam que o problema tem origens históricas, mas tentam, junto às autoridades, descobrir uma forma de alcançar as raízes desse déficit para eliminá-lo. Caso não sejam tomadas medidas severas, acreditam os técnicos do FMI, a meta de reduzir esse déficit a 8,8% do Produto Interno Bruto (PIB) não poderá ser atingida nem no próximo ano. Sem medidas rigorosas, essa diferença entre as receitas e as despesas deverá cair muito pouco, passando de Cr\$ 15 trilhões para apenas Cr\$ 11 trilhões, neste ano.